

2020

Política de Conflitos de Interesses



Grupo NOVO BANCO

Março de 2020

Índice

Índice	2
1. Introdução	3
2. Enquadramento Legal e Regulamentar	3
3. A quem se aplica	3
4. Subsidiárias	3
5. Objetivos	4
6. Princípios	4
7. Outros documentos do NOVO BANCO sobre conflitos de interesses.....	5
8. Política de Seleção e Avaliação dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Novo Banco e Titulares de Funções Essenciais	5
9. Quando ocorre um conflito de interesses.....	6
10. Conflitos de Interesses a nível institucional	7
11. Conflitos de interesses ao nível dos órgãos de administração	7
12. Regras e exemplos de situações nas quais poderá ocorrer um conflito de interesses	8
13. Procedimento em caso de ocorrência de uma situação de conflito de interesses.....	8
14. Presentes e Ofertas	9
15. Competências do Departamento de Compliance	9
16. Sanções por Violação da Política	10
17. Divulgação	10
18. Aprovação	10
19. Revisão	10
20. Esclarecimentos.....	11

1. Introdução

A presente Política de Conflitos de Interesses estabelece regras de identificação, gestão e monitorização de potenciais conflitos de interesses das várias atividades do NOVO BANCO e do Grupo NOVO BANCO, dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis (objetivo de "compliance"), bem como às recomendações do Banco de Portugal e do Banco Central Europeu.

2. Enquadramento Legal e Regulamentar

Na elaboração desta Política foram consideradas várias disposições legais que estabelecem regras e requisitos que visam prevenir conflitos de interesses:

- a. EBA/GL/2017/11, 26 de setembro de 2017 - *Guidelines on internal governance under Directive 2013/36/EU (Final Report) (Guidelines (Orientações) 94-116)*;
- b. *Joint ESMA (European Securities and Markets Authority) and EBA Guidelines on the assessment of the suitability of members of the management body and key function holders under Directive 2013/36/EU and Directive 2014/65/EU*
- c. *EBA Guide to fit and proper assessments*, maio de 2017;
- d. Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedade Financeiras (RGICSF);
- e. As observações e recomendações do Banco de Portugal constantes do Livro Branco do Banco de Portugal (maio de 2016).

3. A quem se aplica

Esta Política é aplicável:

- a. Aos membros do Conselho de Administração Executivo, membros do Conselho Geral e de Supervisão, Assessores, Diretores-Gerais, Quadros Diretivos e demais Colaboradores do NOVO BANCO e das suas sucursais (de ora em diante, conjuntamente, «Colaboradores»).
- b. Grupo NOVO BANCO: as suas Sucursais e Subsidiárias bancárias tal como definido no ponto 4. abaixo, incluindo os respetivos membros dos Órgãos Sociais, Assessores, Diretores-Gerais, Quadros Diretivos e Colaboradores.
- c. Terceiros que, a pedido do NOVO BANCO ou a pedido de qualquer Sucursal ou Subsidiária, tenham aderido a esta política ou a algumas disposições da mesma.

- Colaboradores
- Colaboradores
- Terceiros

4. Subsidiárias

1. O NOVO BANCO promoverá junto das suas Subsidiárias bancárias a adoção das diretrizes e regras instituídas pela presente Política, com a aprovação pelos respetivos órgãos de administração, conforme aplicável.
2. Para efeitos desta Política, «Subsidiária» é uma instituição de crédito, sediada ou não em Portugal, direta ou indiretamente dominada, controlada ou participada pelo NOVO BANCO que consigo consolide para efeitos contabilísticos (método de consolidação integral).

3. A articulação entre o NOVO BANCO e as suas Sucursais e Subsidiárias para a adoção desta Política será feita através do Departamento de Compliance.
4. Os departamentos responsáveis pela gestão e acompanhamento dos conflitos de interesses nas subsidiárias e sucursais do Grupo NOVO BANCO são os seguintes:
 - Banco BEST-Banco Electrónico de Serviço Total S.A.: Gabinete de Compliance do Banco BEST;
 - Novo Banco dos Açores, S.A.: Departamento de Controlo do NB Açores (em coordenação com o Departamento de Compliance do NOVO BANCO);
 - GNB Gestão de Ativos, SGPS SA: Departamento de Compliance da GNB Gestao de Ativos;
 - Sucursal de Espanha: Compliance Officer da Sucursal;
 - Sucursal do Luxemburgo: Compliance Officer da Sucursal;
 - Sucursal de Cayman: Compliance Officer do Grupo NOVO BANCO.

- Identificação
- Cumprimento
- Conhecimento
- Divulgação

5. Objetivos

A presente Política de Conflitos de Interesses visa atingir os seguintes objetivos:

- a. Definir regras e mecanismos para prevenir, identificar e gerir quaisquer situações, potenciais ou efetivas, de conflitos de interesses.
- b. Garantir o cumprimento de regras legais e regulamentares em vigor no que respeita à prevenção e gestão de conflitos de interesses que recaem sobre o NOVO BANCO e Colaboradores.
- c. Reforçar o grau de conhecimento e sensibilizar os Colaboradores para as matérias de conflitos de interesses.
- d. Promover o tratamento justo e em conformidade com os critérios legais e regulamentares das situações de conflitos de interesses que venham a ocorrer.

6. Princípios

A presente Política tem por base os seguintes princípios:

- a. No desempenho das suas funções no NOVO BANCO, os Colaboradores devem cumprir as regras legais, regulamentares e internas aplicáveis, não sacrificando tal cumprimento à satisfação ilegítima do seu interesse próprio ou de terceiros;
- b. Os Colaboradores não devem intervir em qualquer assunto em que tenham um interesse particular, direto ou indireto, devendo informar o Departamento de Compliance se tal situação ocorrer;
- c. Cada estrutura do NOVO BANCO deve organizar-se e definir os seus processos de modo a respeitar o princípio da segregação de funções, por forma a evitar situações de conflitos de interesses e contribuir para que as mesmas sejam desempenhadas corretamente;
- d. Na relação com os Clientes deve ser dada primazia à satisfação do interesse do Cliente, quando das normas legais e regulamentares aplicáveis não resulte solução diversa;
- e. A informação obtida no exercício de funções só deve ser utilizada ou transmitida nos termos e na medida em que tal seja necessário para o respetivo exercício e cumprindo sempre o dever de sigilo e as regras legais ou internas de limitação à circulação ou à utilização de informação.

- Não prosseguir interesses próprios
- Não intervir em assuntos com interesse pessoal
- Segregação de funções
- Satisfação do Cliente
- Não usar informação privilegiada

7. Outros documentos do NOVO BANCO sobre conflitos de interesses

A aplicação desta Política deverá ser feita em conjugação com os demais Códigos, Políticas, ou outros normativos internos que disponham sobre conflitos de interesses, designadamente:

- a. Código de Conduta;
- b. Política de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses nas Atividades de Intermediação Financeira;
- c. Regulamento Interno das Atividades de Intermediação Financeira.
- d. Política de Seleção e Avaliação dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Novo Banco e Titulares de Funções Essenciais.

Esta Política não dispensa o cumprimento de requisitos adicionais, eventualmente aplicáveis ao NOVO BANCO, em razão da atividade que desenvolva no âmbito de outras jurisdições

8. Política de Seleção e Avaliação dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Novo Banco e Titulares de Funções Essenciais

1. O Conselho Geral e de Supervisão, o Conselho de Administração Executivo e o Comité de Nomeações aprovaram a «Política de Seleção e Avaliação dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Novo Banco e Titulares de Funções Essenciais» (doravante designada por

«Política de Seleção e Avaliação») a 31 de janeiro de 2018, que será submetida à Assembleia Geral do Banco para aprovação.

2. Depois de aprovada na Assembleia Geral Anual, a Política de Seleção e Avaliação será publicada no website institucional do NOVO BANCO (www.novobanco.pt).
3. A Política de Seleção e Avaliação pretende garantir que os membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e os Titulares de Funções Essenciais são adequados (*Fit & Proper*) no momento em que são nomeados e também durante os seus mandatos. Neste contexto, a adequação refere-se à capacidade para garantir permanentemente uma gestão sã e prudente das instituições financeiras, tendo em conta a salvaguarda do sistema financeiro e os interesses dos seus clientes, depositantes, investidores, credores e todas as restantes partes interessadas relevantes (*relevant stakeholders*).
4. Para este efeito, os líderes supramencionados deverão cumprir os seguintes requisitos:
 - a. Experiência;
 - b. Reputação;
 - c. Ausência de conflitos de interesses e independência (*independence of mind*);
 - d. Disponibilidade suficiente; e
 - e. Adequação coletiva.

9. Quando ocorre um conflito de interesses

1. Ocorre uma situação de conflito de interesses quando um interesse particular do Colaborador concorra com o interesse que este tem de acautelar no desempenho da sua função no NOVO BANCO, e que interfira ou possa interferir no seu desempenho, e assim, possa interferir também com os interesses do NOVO BANCO.
2. O interesse particular de um Colaborador pode ser um interesse próprio ou um interesse de terceiro com o qual o Colaborador tenha uma relação, designadamente familiar, laboral ou societária.
3. As situações de conflito de interesses podem impedir que o Colaborador desempenhe corretamente as suas funções, muito em particular, por falta da imparcialidade e objetividade devidas.
4. Nos termos da presente Política, conflito de interesses inclui um conflito de interesses efetivo ou um conflito de interesses potencial. É considerado um conflito de interesses efetivo um conflito de interesses atual e existente numa situação real que se tenha suscitado. É considerado um conflito de interesses potencial um conflito que ainda não se verifica, mas que pode vir a ocorrer atendendo a certos factos ou circunstâncias.
5. A presente Política abrange, pelo menos, as seguintes situações de conflitos de interesses ao nível dos Colaboradores:

- a) interesses económicos (p. ex., ações, outros direitos de propriedade e participações, participações financeiras e outros interesses económicos em clientes, direitos de propriedade intelectual, créditos concedidos pelo NOVO BANCO a uma empresa detida

- Interferência no desempenho
- Interferência no desempenho da função
- Interesse particular
- Imparcialidade e objetividade

- pelo Colaborador, participação ou propriedade de um organismo ou entidade com interesses conflitantes);
- b) conflitos de interesses profissionais, os quais incluem conflitos resultantes de relações profissionais (i) com titulares de participações qualificadas no NOVO BANCO, (ii) com Colaboradores do NOVO BANCO ou de entidades incluídas no âmbito da consolidação prudencial, (iii) com partes interessadas externas relevantes; ou conflitos resultantes de outros empregos e empregos anteriores num passado recente (por exemplo, uma situação conflituante externa e fora do âmbito da atividade do Colaborador no NOVO BANCO, atuando o Colaborador no seu interesse pessoal em detrimento do interesse do NOVO BANCO).
 - c) Conflitos de interesses pessoais, os quais incluem conflitos resultantes de relações pessoais e familiares com (i) titulares de participações qualificadas no NOVO BANCO, (ii) Colaboradores do NOVO BANCO ou de entidades incluídas no âmbito da consolidação prudencial ou (iii) partes interessadas externas relevantes (*stakeholders*) (por exemplo, contratar pessoas do seu círculo de relações pessoais ou familiares);
 - d) Conflitos de interesses de natureza política (por exemplo, um Colaborador que é militante de um partido político e é simultaneamente o gestor comercial desse partido político no NOVO BANCO).
6. Conflitos de interesses podem também resultar de posições ou cargos assumidos no passado ou de relações pessoais passadas. Os Colaboradores devem comunicar ao Departamento de Compliance as posições ou cargos assumidos e possíveis conflitos de interesses resultantes de relações pessoais passadas havidas nos últimos dois anos.
7. A presente Política abrange os seguintes tipos de conflitos de interesses:
- a) Conflito de interesses permanente: situação que persiste no tempo e que deve ser permanentemente gerida e mitigada;
 - b) Conflito de interesses pontual: situação isolada e que pode ser gerida e mitigada através de uma única medida, sem necessidade de posterior acompanhamento.

10. Conflitos de Interesses a nível institucional

Conflitos de interesses a nível institucional podem resultar das atividades e funções desenvolvidas pelo NOVO BANCO, das atividades e negócios das diferentes entidades incluídas no âmbito da consolidação prudencial, dos diferentes segmentos de negócio ou unidades no NOVO BANCO ou, ainda, conflitos de interesses com partes interessadas externas relevantes (*stakeholders*).

11. Conflitos de interesses ao nível dos órgãos de administração

1. Todos os conflitos de interesses efetivos e potenciais ao nível dos órgãos de administração (o Conselho Geral e de Supervisão, o Conselho de Administração Executivo e quaisquer Comitês do Banco), individuais ou coletivos, devem ser adequadamente documentados, comunicados ao Presidente do órgão em causa e debatidos, decididos e devidamente geridos por esse órgão.

2. Sempre que a pessoa afetada sujeita a um conflito de interesses seja o Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, o referido Presidente deverá documentar e comunicar adequadamente a situação ao Presidente do Comité de Compliance do Conselho Geral e de Supervisão.
3. O Departamento de Compliance deverá ser prontamente informado das situações referidas nos pontos 1.e 2, tendo o direito de dar o seu parecer e recomendar todas as medidas de mitigação consideradas necessárias e adequadas.
4. Em caso de conflito de interesses com qualquer Colaborador do Departamento de Compliance, o Comité de Compliance do Conselho Geral e de Supervisão deverá ser prontamente informado para recomendar e decidir quaisquer medidas consideradas necessárias e adequadas.

12. Regras e exemplos de situações nas quais poderá ocorrer um conflito de interesses

Podem ocorrer conflitos de interesses entre:

- a. O NOVO BANCO e um Cliente;
- b. Um Colaborador e um Cliente;
- c. Dois ou mais Clientes do NOVO BANCO;
- d. Duas ou mais entidades do Grupo NOVO BANCO;
- e. Um Cliente e sociedades em relação de domínio ou de grupo com o NOVO BANCO;
- f. Um Colaborador e o NOVO BANCO ou entidade do Grupo NOVO BANCO;
- g. O NOVO BANCO e um fornecedor (ou candidato a fornecedor);
- h. Um Colaborador e um fornecedor (ou candidato a fornecedor).

No âmbito da atividade do NOVO BANCO, existem situações e áreas de negócio com maior probabilidade de ocorrência de situações de conflitos de interesses. Algumas das referidas situações incluem, sem limitação, os exemplos indicados no Anexo I.

13. Procedimento em caso de ocorrência de uma situação de conflito de interesses

1. Quando não exista um procedimento específico aplicável à situação de conflito de interesses em causa, aplicar-se-á o regime constante na presente cláusula
2. Caso seja identificada uma situação de conflito de interesses (potencial ou efetiva), o Departamento de Compliance deve ser imediatamente informado:
 - a. Pelo próprio Colaborador, caso se trate de um conflito de interesses relacionado com o próprio;
 - b. Pelo responsável do departamento/área, caso se trate de um conflito de interesses do departamento/área;



- c. Por qualquer Colaborador, logo que tenha conhecimento de uma potencial ou efetiva situação de conflitos de interesses.
3. O Departamento de Compliance analisará a situação apresentada, podendo, a todo o tempo, pedir informação e esclarecimentos sobre a situação em concreto e quais as medidas já adotadas e outras que considere relevantes para a gestão do conflito de interesses. Tais medidas deverão ter em conta a situação concreta em análise, devendo, designadamente, distinguir se o conflito de interesses a mitigar é um conflito de interesses institucional ou ao nível dos Colaboradores.
4. O Departamento de Compliance emitirá um parecer e respetivas recomendações, no prazo de 15 dias úteis, informando o Colaborador ou o responsável do departamento/área, e outros departamentos ou hierarquias, conforme aplicável.

14. Presentes e Ofertas

Os deveres e responsabilidades dos Colaboradores no que respeita a presentes e ofertas encontram-se reguladas no Código de Conduta do NOVO BANCO.

15. Competências do Departamento de Compliance

No âmbito de situações de conflitos de interesses, as competências do Departamento de Compliance são as seguintes:



- a. Submeter ao Conselho de Administração Executivo, para sua aprovação, a Política de Conflitos de Interesses do Grupo NOVO BANCO, assim como quaisquer políticas, documentos internos e normas que regulem a prevenção da ocorrência de conflitos de interesses;
- b. Comunicar ao Comité de Compliance do Conselho Geral e de Supervisão (que deverá comunicar trimestralmente ao Conselho Geral e de Supervisão os casos que considere relevantes), ao Conselho de Administração Executivo e ao Departamento de Capital Humano, trimestralmente, todos os conflitos de interesses de que tenha tido conhecimento e em relação aos quais emitiu o seu parecer;
- c. Avaliar a aplicação da presente Política e propor ao Conselho de Administração Executivo a sua revisão e alteração;
- d. Realizar avaliações internas em matéria de conflitos de interesses, sob qualquer forma, designadamente através de questionários ou formulários específicos dirigidos a Colaboradores ou a departamentos ou estruturas do NOVO BANCO ou Subsidiárias;

• Aprovação e reporte mensal

- Aprovação e reporte mensal ao Conselho Geral e de Supervisão, ao Conselho de Administração Executivo e ao Departamento de Capital Humano.
- Avaliação e revisão desta Política e propostas ao Conselho de Administração Executivo

- e. Propor ao Departamento de Auditoria Interna a realização de processos de auditoria ou inspeção, conforme aplicável, a situações identificadas pelo Departamento de Compliance no âmbito das suas atribuições.
- f. Esclarecer as dúvidas que possam surgir acerca da presente Política;
- g. Registrar em base de dados, especificamente criada para esse fim, todas as situações de conflito de interesses comunicadas com os seguintes elementos:
 - i. Dados do interveniente: N° do colaborador (quando aplicável); nome; função; unidade orgânica; departamento; estrutura (comercial/central); entidade (empresa);
 - ii. Dados do conflito de interesses: departamento-origem; estrutura (comercial/central); remetente; data; descritivo da situação;
 - iii. Dados relativos à intervenção do Departamento de Compliance: descrição da intervenção; parecer; estado do processo; nº de ocorrências; atualizações.
- h. Acompanhar e monitorizar, de forma permanente, as medidas implementadas ou a implementar para gerir ou mitigar quaisquer conflitos de interesses.
- i. Manter em arquivo a documentação relevante relativa às situações de conflito de interesses comunicadas.

16. Sanções por violação da Política

1. O NOVO BANCO pode tomar medidas disciplinares adequadas contra qualquer pessoa que viole com conhecimento de causa as disposições previstas nesta Política.
2. O Conselho de Administração Executivo é o órgão responsável pela tomada de decisões de natureza disciplinar relativamente aos Colaboradores que violem as disposições da presente Política.

17. Divulgação

1. A presente Política de Conflitos de Interesses é divulgada internamente através da publicação no normativo e na página de intranet do Banco (NBweb), assim como será feita a divulgação externa no site institucional do NB.
2. O Departamento de Compliance divulga, igualmente, a presente Política através de ações de formação e/ou publicações na NBWeb.



18. Aprovação

A presente Política foi aprovada pelo Conselho de Administração Executivo do NOVO BANCO e, mediante recomendação do Departamento de Compliance, pelo Conselho Geral e de Supervisão.

19. Revisão

A presente Política é revista com uma periodicidade mínima anual. O Departamento de Compliance pode, no entanto, propor ao Conselho de Administração Executivo a revisão da Política num prazo inferior, sempre que considere oportuno.

20. Esclarecimentos

Para qualquer esclarecimento sobre a presente Política deve ser contactada a Unidade de Regulação Comportamental e Conflitos de Interesses do Departamento de Compliance.

Os Colaboradores deverão consultar na *NBweb*/Espaço Compliance, os contactos da área de Regulação Comportamental e Conflitos de Interesses.



ANEXO

(alguns exemplos de situações referidas na cláusula 11)

1. Apreciação e decisão de operações ou outros assuntos

Regra:

Os membros do Conselho Geral e de Supervisão, os membros do Conselho de Administração Executivo, Assessores, Diretores e demais Colaboradores, os consultores e os mandatários do NOVO BANCO ou de uma sua Subsidiária não podem intervir na apreciação e decisão de transações ou qualquer assunto em que sejam, direta ou indiretamente, interessados os próprios, seus cônjuges ou pessoas com quem vivam em união de facto, parentes ou afins em 1º grau, ou sociedades ou outros entes coletivos que uns ou outros direta ou indiretamente dominem.

*Não intervenção
de
no processo de
decisão*

Exemplo:

- Quando um Cliente solicita que um Colaborador seja seu Garante (por exemplo, avalista) num contrato de crédito.

2. Acumulação de funções no NOVO BANCO ou em Subsidiárias do NOVO BANCO

Regras:

Um Colaborador pode acumular cargos noutras entidades do Grupo NOVO BANCO, desde que:

- i. Não advenham riscos graves de conflitos de interesses;
- ii. Se verifique disponibilidade suficiente para o exercício desses diferentes cargos;
- iii. A designação seja aprovada pelo Conselho de Administração Executivo e, quando aplicável, não exista oposição do Banco de Portugal.

As regras estabelecidas no número anterior aplicam-se, com as devidas adaptações, à acumulação de cargos de administradores ou trabalhadores de Subsidiárias do NOVO BANCO nas respetivas Subsidiárias.

*Permissão de
Permissão de
acumulação de
cargos*

Não é permitida a acumulação de cargos de responsável pela função de compliance, gestão de risco ou auditoria interna no NOVO BANCO ou em Subsidiárias no NOVO BANCO com cargos em entidades detentoras, direta ou indiretamente, de participações igual ou superiores a 5% do capital ou dos direitos de voto no NOVO BANCO ou noutras entidades que aquelas entidades dominem.

*Proibição de
a Proibição de
acumulação de cargos*

Exemplo:

- Quando um Colaborador exerce funções em mais do que um departamento ou unidade orgânica do NOVO BANCO, no NOVO BANCO e numa Subsidiária ou em mais do que uma Subsidiária, e se verifique (i) que no exercício dessas funções são prosseguidos interesses que concorrem entre si, (ii) ou por não haver disponibilidade suficiente para o exercício das diversas funções.

3. Designação de Colaborador para cargos ou funções noutras entidades**Regra:**

Quando indicado pelo NOVO BANCO para exercer cargos ou funções noutras entidades, o Colaborador não deve participar, no NOVO BANCO e na entidade na qual exerce esses cargos ou funções, na apreciação e decisão de assuntos que envolvam, respetivamente, tal entidade e o NOVO BANCO. Este dever mantém-se, após a cessação de funções sempre que esteja em causa a apreciação no NOVO BANCO de assunto que envolva a entidade na qual o Colaborador exerceu funções e no qual este tenha um interesse decorrente das funções que exerceu e que conflitue o interesse do NOVO BANCO.

*Proibição de
Proibição de
Intervenção na
decisão*

Exemplo:

- Quando o Colaborador exerce funções no NOVO BANCO e, a pedido do NOVO BANCO, exerce também funções noutra entidade, sendo, por força dessas funções, solicitado a participar na apreciação e decisão de assuntos que envolvam, respetivamente, o NOVO BANCO ou essa outra entidade (por exemplo, desempenho de cargos em sociedades gestoras de fundos, etc.).

4. Interesses económicos e participações**Regra:**

O Colaborador que detenha interesses económicos ou participações deverá informar previamente o Departamento de Compliance, preenchendo um formulário segundo o modelo disponibilizado pelo Departamento de Compliance, que subsequente dará o seu parecer.

Exemplos:

- Detenção de ações, de outros direitos de propriedade ou de participações financeiras e outros interesses económicos em clientes comerciais, direitos/*royalties* de propriedade intelectual.

5. Exercício de atividades fora do NOVO BANCO**Regra:**

O Colaborador que pretenda exercer atividades, remuneradas ou não, fora do NOVO BANCO deverá informar previamente o Departamento de Compliance, preenchendo o formulário segundo o modelo disponibilizado pelo Departamento de Compliance, que dará o seu parecer no final.

Exemplo:

- Pertença a um órgão de supervisão ou administração de uma empresa privada ou pública ou de uma associação privada ou pública.

6. Relações Políticas**Regra:**

O Colaborador que considere intervir ativamente em atividades políticas deverá informar previamente o Departamento de Compliance, preenchendo um formulário segundo o modelo disponibilizado pelo Departamento de Compliance, que dará o seu parecer no final.

Para que não subsistam dúvidas, os Colaboradores podem participar em atividades políticas, desde que:

- a) O Departamento de Compliance tenha sido consultado e dado o seu parecer prévio;
- b) Mantenham imparcialidade no desempenho das suas funções, não critiquem publicamente as decisões e direções políticas do NOVO BANCO e não realizem atividades políticas no local de trabalho.

Exemplo:

Preenchimento de um
Preenchimento de um
formulário/Declaração
de interesses

- Assinar documentos de nomeação para candidaturas políticas; desempenhar funções de diretor de campanha; participar em convenções políticas como delegado; desempenhar funções executivas num partido político; discursar em comícios e reuniões políticas; angariar votos porta a porta; publicar ou difundir publicamente declarações políticas (incluindo comentários em jornais, rádio, televisão e meios de comunicação social).

7. Contas de Colaboradores

Regras:

1. Não é permitido a nenhum Colaborador efetuar, alterar e/ou autorizar quaisquer operações ou condições em contas nas quais seja titular, co-titular ou representante.
2. Não é permitido a nenhum Colaborador efetuar, alterar e/ou autorizar quaisquer operações ou condições em contas nas quais algum seu familiar seja titular, co-titular ou representante.
3. Não é permitido a nenhum Colaborador, independentemente das suas funções, estabelecer condições e/ou intervir no processo de decisão de qualquer tipo de transação, sendo o Colaborador ou seus familiares, direta ou indiretamente envolvidos na mesma, sob qualquer forma.

*Proibição na gestão de
Proibição na gestão de
contas e de intervenção no
processo de decisão*

Exemplos:

- Quando um Colaborador efetua, altera e/ou autoriza operações ou condições em contas nas quais seja titular, co-titular ou representante ou em contas dos seus familiares;
- Quando um Colaborador, independentemente das suas funções, estabelece condições e/ou intervém no processo de decisão de qualquer tipo de operação, sendo o Colaborador ou seus familiares, direta ou indiretamente intervenientes na mesma sob qualquer forma.

8. Mandatos e Procurações

Regra:

O Colaborador não pode aceitar mandatos ou procurações outorgados por Clientes do NOVO BANCO ou de Subsidiárias, salvo se expressamente autorizado pelo Compliance Officer.

*Dever de recusa /
Dever de recusa /
Parecer do Compliance*

Exemplo:

- Quando um Cliente solicita que um Colaborador seja seu Procurador nas suas contas junto do NOVO BANCO.

9. Familiares na cadeia hierárquica

Regra:

Não é permitido que um Colaborador tenha familiares (cônjuges ou unidos de facto; pais; avós; filhos; irmãos; cunhados; padrastos e enteados; sogros; genros e noras; tios; sobrinhos) na sua cadeia hierárquica, não podendo avaliar o respetivo desempenho e decidir a promoção/despromoção ou remuneração.

Exemplo:

- Quando um Colaborador tem familiares na sua cadeia hierárquica, com possibilidade de avaliar o seu desempenho e decidir a respetiva promoção/despromoção ou remuneração.

10 Segregação de funções dentro dos departamentos do NB

Regra:

Quando, numa determinada operação, o NOVO BANCO intervenha em diferentes qualidades, devem ser devidamente salvaguardadas a segregação de competências e os respetivos processos decisórios (*chinese walls*).

Exemplo:

Na venda de um ativo estratégico do NOVO BANCO ou de uma das suas Subsidiárias que inclua financiamento ao comprador.

11. Imóveis

Regras:

1. Os Colaboradores que pretendam adquirir um imóvel do NOVO BANCO deverão preencher um formulário segundo o modelo disponibilizado pelo Departamento de Compliance atestando que não se encontram numa situação de conflito de interesses.

Não permissão de familiares

*Não permissão de familiares
na cadeia hierárquica/
Avaliação*

• Preenchimento de um

- *Preenchimento de um formulário/Declaração de interesses nas vendas de*
- *Campânhas de vendas de imóveis*
- *Deveres de diligência*

2. O interesse em obter resultados para melhor classificação em campanhas de vendas de imóveis não pode, em nenhuma circunstância, conduzir a que a atuação do Colaborador privilegie o seu interesse ou o da sua estrutura em detrimento dos interesses do NOVO BANCO ou dos seus Clientes ou com impacto no risco legal ou reputacional do Banco.
3. Os Colaboradores têm de dedicar particular atenção aos seus deveres de diligência relativamente ao cumprimento das regras sobre (i) a caracterização dos compradores e respetivos beneficiários efetivos e (ii) identificação da origem dos fundos, e, caso sejam Clientes, regras sobre (iii) abertura de conta e (iv) avaliação do enquadramento das operações no perfil dos Clientes.

Exemplos:

- Aquisição de imóvel do NOVO BANCO por Colaborador que tenha tido intervenção na avaliação ou determinação de qualquer valor imputado ao imóvel ou na apreciação e decisão do processo sobre a sua própria proposta;
- Aquisição de imóvel do NOVO BANCO por avaliador que interveio na avaliação desse mesmo imóvel;
- Avaliador de imóveis do NOVO BANCO que é, em simultâneo, Promotor do NOVO BANCO.

12. Promotores e avaliadores**Regras:**

1. No âmbito da contratação de prestação de serviços com promotores, estes deverão preencher um formulário segundo o modelo disponibilizado pelo Departamento de Compliance, atestando que não se encontram numa situação de conflito de interesses, nomeadamente que (i) não tem ligações com Colaboradores que intervenham no seu processo de seleção, contratação ou avaliação e (ii) não são, simultaneamente, avaliadores.
2. No momento da contratação de uma prestação de serviços com avaliadores, o avaliador deverá preencher um formulário segundo o modelo disponibilizado pelo Departamento de Compliance, atestando que (i) não se encontra numa situação de conflito de interesses, nomeadamente que não tem ligações com Colaboradores que intervenham no seu processo de seleção, contratação ou avaliação, que (ii) não é, simultaneamente, promotor e que (iii) se compromete a não comprar imóveis do NOVO BANCO dos quais tenha sido avaliador.

• Preenchimento de um
• Preenchimento de um
formulário/Declaração
de interesses

Exemplos:

- Quando um Colaborador associa (“gicar”) Clientes a Promotor do NOVO BANCO com o qual tenha uma relação, designadamente societária, familiar ou laboral;
- Quando um Colaborador intervém em operações de Clientes associados a Promotor com o qual tenha uma relação, designadamente societária, familiar ou laboral;

- Quando um Promotor do NOVO BANCO é, em simultâneo, avaliador de imóveis do NOVO BANCO.

13. Contratação de fornecedores

Regra:

Os Colaboradores não podem participar no processo de seleção, contratação ou avaliação de um fornecedor no qual tenham um interesse particular e deverão cumprir integralmente a norma interna do NOVO BANCO «Prevenção de Conflitos de Interesses na Contratação de Fornecedores do NB».

Exemplo:



- Quando um fornecedor (ou candidato a fornecedor externo) do NOVO BANCO ou de Subsidiárias do NOVO BANCO tenha um relacionamento particular ou pessoal com um Colaborador que intervenha no seu processo de seleção, contratação ou avaliação.

14. Objetivos comerciais e campanhas de marketing

Regras:

- a. A dinamização e o cumprimento dos objetivos das campanhas não deverão ser obtidos com o sacrifício do cumprimento das regras legais, regulamentares e internas aplicáveis ao NB.
- b. O interesse em obter resultados para melhor classificação na campanha não pode, em nenhuma circunstância, conduzir a que a atuação do Colaborador privilegie o seu interesse ou o da sua estrutura em detrimento dos interesses do NB ou dos Clientes ou com impacto no risco legal ou reputacional do Banco.

- Cumprimento da legislação/regulamentação do NB e
- Preservar os interesses do NB e Clientes
- Evitar o risco legal e reputacional

Exemplo:

Quando o Colaborador não desempenha corretamente as suas funções com o objetivo de atingir as metas comerciais ou os incentivos (financeiros ou de outra natureza) criados.



15. Intermediação financeira e serviços e produtos bancários

Regra:

As atividades de intermediação financeira são reguladas pela Política de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses nas Atividades de Intermediação Financeira e o lançamento e comercialização de serviços e produtos bancários estão sujeitos ao respectivo processo de sign-off e aprovação pelo Comitê de Produto.

Exemplo:



- São atividades de intermediação financeira, por exemplo, recomendações de Investimento (*research*); gestão discricionária de carteiras; consultoria para investimento, etc.

Sem prejuízo da consulta da Política de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesses nas Atividades de Intermediação Financeira, destacam-se as seguintes situações:

- a. Qualquer ação do NOVO BANCO que seja suscetível de obter um ganho financeiro ou evitar uma perda financeira, em detrimento do Cliente, exceto quando este atua como contraparte em operações com Clientes no desenvolvimento normal da sua atividade comercial;
- b. Quando o NOVO BANCO tem um interesse próprio nos resultados decorrentes de um serviço prestado ao Cliente, ou de uma operação realizada por conta do Cliente, alheio ao próprio serviço ou operação em causa;
- c. Sempre que o NOVO BANCO receba um incentivo financeiro, ou de outra natureza, para privilegiar os interesses de um Cliente em detrimento dos interesses de outro Cliente.